

MORTE MATERNA POR ABORTO INSEGURO: ANÁLISE DE CONTEÚDO DE MÍDIA  
À LUZ DE GÊNERO

MATERNAL DEATH DUE TO UNSAFE ABORTION: GENDER ANALYSIS OF MEDIA  
CONTENT

MORTE MATERNA POR ABORTO INSEGURO: ANÁLISIS DE GÉNERO DEL  
CONTENIDO DE LOS MEDIOS DE COMUNICACIÓN

Thammy Novakovski dos Santos

Orientadora: Profa. Dra. Rafaela Gessner Lourenço

Coorientadora: Profa. Dra. Laura Christina Macedo

**Resumo:** Este estudo teve como objetivo analisar como a mídia retrata a morte materna por aborto inseguro. Estudo documental de abordagem qualitativa. As fontes de dados foram jornais brasileiros no formato eletrônico. O período da coleta de dados foi de julho a agosto de 2022. A análise de dados foi realizada através da análise de conteúdo temática de Bardin, apoiada pelo software webQDA e à luz da categoria analítica gênero. Compõem o estudo 27 publicações que permitiram a emergência de cinco categorias empíricas, as quais evidenciaram a dualidade da mídia, entre a condenação e defesa dos direitos da mulher, e que buscaram retratar detalhadamente como ocorreu o aborto, suas motivações e a relação com os serviços de saúde. O que evidenciou que a prática do aborto representa uma resistência transgressora, todavia, é atravessada pelas inequidades de gênero e imensamente penalizada e silenciada.

**Palavras-chave:** Aborto; morte materna; iniquidade de gênero.

**Abstract:** This study aimed to analyze how the media portrays maternal death from unsafe abortion. Documentary study with a qualitative approach. The data sources were Brazilian newspapers in electronic format. The period of data collection was from July to August 2022. Data analysis was performed using Bardin's thematic content analysis, supported by the webQDA software and using gender as the analytical category. The study is composed of 27 publications that allowed the emergence of five empirical categories, which evidenced the duality of the media, between the condemnation and defense of women's rights, and which sought to portray in detail how the abortion occurred, its motivations and the relationship with the services of health. What showed that the practice of abortion represents a transgressive resistance, however, it is crossed by gender inequalities and immensely penalized and silenced.

**Keywords:** abortion; maternal death; gender inequality.

**Resumen:** Este estudio tuvo como objetivo analizar cómo los medios de comunicación retratan la muerte materna por aborto inseguro. Estudio documental con enfoque cualitativo. Las fuentes de datos fueron periódicos brasileños en formato electrónico. El período de recolección de datos fue de julio a agosto de 2022. El análisis de datos se realizó mediante el análisis de contenido temático de Bardin, apoyado en el software webQDA y a la luz de la categoría analítica género. El estudio comprende 27 publicaciones que permitieron el surgimiento de cinco categorías empíricas, que evidenciaron la dualidad de los medios, entre la denuncia y la defensa de los derechos de las mujeres, y que buscaron retratar en detalle cómo ocurrió el aborto, sus motivaciones y la relación con el servicios de salud. Lo que evidenció que la práctica del aborto representa una resistencia transgresora, sin embargo, está atravesada por desigualdades de género e inmensamente penalizada y silenciada.

**Palabras clave:** aborto; muerte materna; inequidad de género.

## **Introdução**

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define o aborto inseguro como o procedimento para terminar uma gravidez indesejada realizado por pessoas sem as habilidades necessárias ou em um ambiente que não tenha os padrões médicos mínimos, ou ambos (OMS, 1992 p. 03).

De acordo com estimativas da OMS, cerca de 73 milhões de abortos induzidos ocorrem em todo o mundo a cada ano (Jonathan BEARAK, et al. 2020 p. 1157). Seis em cada dez (61%) gestações indesejadas terminam em aborto induzido. No mundo, a cada ano, 4,7–13,2% das mortes maternas podem ser atribuídas ao aborto inseguro (Lale SAY, 2014 p.326). Em países desenvolvidos, estima-se que 30 mulheres morram a cada 100.000 abortos inseguros. Já nas regiões em desenvolvimento, esse número sobe para 220 mortes por 100.000 abortos inseguros (Bela GANATRA, 2017 p.2376).

As evidências mostram que restringir o acesso ao aborto não reduz o número de abortos; porém, influencia se os abortos que mulheres e meninas realizam são seguros e dignos. A partir disso, a proporção de abortos inseguros é significativamente maior em países com leis de aborto altamente restritivas do que em países com leis menos restritivas (BEARAK, et al. 2020 p.1159). A mais ampla pesquisa sobre aborto no Brasil mostra que aproximadamente, aos 40 anos, quase uma em cada cinco das mulheres brasileiras fez um aborto e que, no ano de 2015 ocorreram cerca de meio milhão de abortos (Debora DINIZ; Marcelo MEDEIROS; Alberto MADEIRO, 2016 p.655)

Muitas mulheres recorrem aos procedimentos de abortamento, utilizando-se de meios inseguros e danosos à saúde. E o fazem, pois a maternidade resulta em inversão instantânea nas prioridades de sua vida e acarreta em grandes responsabilidades individuais. Isto é, a divisão sexual do trabalho em uma sociedade patriarcal expõe as mulheres a superexploração de sua força de trabalho e as retém a esfera reprodutiva pois a maternidade é encarada, quase exclusivamente, como uma carga reservada às mulheres (Melina REBOUÇAS; Elza DUTRA, 2012 p. 426).

Por ser uma prática ilegal, criminalizada e repleta de culpabilização, o aborto é feito de forma velada, sem condições plenas de atenção à saúde, e por isso acarreta, muitas vezes, em complicações e morte de mulheres (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2016 p.659). Nas notícias da imprensa sobre a temática, o aborto é pautado predominantemente pelo discurso moral, religioso, jurídico e policial. Ainda que, a percepção pública é de que o campo jornalístico se pauta em critérios de objetividade e neutralidade (Maria FONTES, 2012 p.1806).

À vista disso, a imprensa exerce um papel inegável como ator social para o agendamento de questões que podem nortear o debate na esfera pública. Conforme a imprensa aborda o tema, podem haver diferentes repercussões e como consequência a formulação de políticas públicas que promovam mudança no cenário. A forma como o tema é apresentado à opinião pública, a partir da escolha de perspectiva ou de quais vozes são ouvidas e entrevistadas, permite aos meios de comunicação a construção de narrativas e defesa de teses sobre o assunto noticiado (FONTES, 2012 p.1806).

Neste estudo parte-se do pressuposto que os veículos de comunicação detêm grande influência para a construção da opinião pública, reforçando no imaginário coletivo estereótipos discriminatórios sobre o aborto. Dessa forma, compreende-se a importância de identificar e analisar a forma que a mídia retrata a desigualdade de gênero em suas notícias sobre morte de mulheres em decorrência de complicações do aborto inseguro. A partir disso, foi estruturada a questão de pesquisa: **“Como a mídia retrata os casos de morte materna por aborto inseguro?”** e definido como objetivo: **Analisar como a mídia retrata a morte materna por aborto inseguro.**

## **Método**

Trata-se de um estudo documental de abordagem qualitativa, fundamentado na Teoria da Intervenção Prática em Saúde Coletiva (TIPESC). A TIPESC está fundamentada na visão de mundo materialista histórica e dialética, e foi construída com objetivo de compreender as contradições da realidade objetiva relacionadas à Enfermagem em Saúde Coletiva, enquanto campo teórico e de práticas (Emiko EGRY, 1996).

O presente estudo utilizou como fonte de dados reportagens publicadas no formato eletrônico em portais de notícias e jornais brasileiros sobre casos de morte materna por aborto inseguro. O período da coleta de dados foi de junho a outubro de 2022. A busca das reportagens foi realizada por meio do buscador online Google Notícias, devido à ampla disponibilização de recursos de informação, empregando os termos: “aborto”, “abortou”, combinados com “morte materna”, “morreu” e “morte”. Justifica-se a utilização do buscador online Google Notícias devido a sua abrangência e possibilidade de incluir a totalidade de reportagens identificadas pelas palavras-chaves nos títulos e/ou seus conteúdos.

Dessa forma, por meio do buscador online utilizado foram rastreados 17 meios de comunicação, os quais compuseram as fontes analisadas.

A coleta de dados foi realizada por meio de instrumento semiestruturado construído pela autora deste estudo e adaptado para planilha no Notion. O Notion é um aplicativo com funcionalidade de

*clipping* de mídia, também conta com um sistemas de gerenciamento de dados, ambos foram utilizados para essa pesquisa. Foram extraídos os seguintes dados: data e hora da publicação, fonte de dados, sessão da fonte, sexo do autor da reportagem, corpo do texto, cidade e estado do caso, idade da mulher, raça, idade gestacional, local em que praticou o aborto inseguro, quem realizou o aborto inseguro, desfecho do aborto inseguro presença de imagem e discursos associados à questão norteadora.

Foram incluídas reportagens publicadas por veículos de mídia brasileiros, no idioma português, de acesso livre e que verssem centralmente sobre o objeto de estudo. Não foi aplicado limite temporal para a coleta dos dados. Foram excluídas aquelas que somente citaram o ocorrido, assim como os textos associados a blogs.

A análise de dados foi realizada através da análise de conteúdo temática de Bardin, apoiada pelo software webQDA e à luz da categoria analítica gênero. O webQDA, que está estruturado em quatro sistemas: fontes, espaço destinado para inserção dos dados; codificação, responsável pela criação das categorias descritivas e empíricas; questionamento, que dispõe de ferramentas que auxiliam a aprofundar a análise dos dados; gestão, que permite a organização do processo de trabalho.

As informações inseridas na planilha Notion foram incorporadas ao webQDA por meio da funcionalidade de codificação direta, que codifica automaticamente os dados descritivos (data e hora da publicação, fonte de dados, sessão da fonte de dados, sexo da autoria, extensão do texto de acordo com o número de linhas, e presença de imagem) e disponibiliza os dados empíricos no sistema de fontes internas. Por meio do sistema de codificação, foram construídos os códigos árvore, que surgiram da leitura das reportagens na íntegra, considerando-se a categoria analítica gênero.

Os dados foram analisados à luz da categoria gênero, fundamentada na construção social das diferenças existentes entre homens e mulheres, constitutivas das relações sociais e na forma de significar as relações de poder, enquanto campo no qual e por meio do qual o poder é articulado (Joan SCOTT, 1986 p 88).

A pesquisa dispensou apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa, pois utilizou publicações de acesso público. Foi utilizado o instrumento *Consolidated criteria for reporting qualitative research* (COREQ) para orientar os procedimentos metodológicos.

## **Resultados**

Foram encontradas 93 publicações, das quais, após leitura título, foram selecionadas 35 reportagens para leitura na íntegra e destas 27 compõem a pesquisa. O portal que mais contou com notícias foi o G1 (n=9), seguido dos seguintes portais: Uol Notícias (n=2), Uol Universa (n=2), A Gazeta (n=1), Agora RN (n=1), O Dia (n=1), Correio do Estado (n=1), Campo Grande News (n=1), Cruzeiro FM (n=1), Metrôpoles (n=1), Jovem Pan (n=1), Diário de Petrópolis (n=1), Yahoo Notícias (n=1), Notícias R7 (n=1), BBC News Brasil (n=1), SBT News (n=1) e Portal Catarinas (n=1).

Das reportagens selecionadas, a mais antiga foi veiculada no dia 15/11/2014 e a mais recente no dia 28/10/2022. Com relação à autoria, 10 reportagens foram relatados por autoras do sexo feminino, seis do sexo masculino, 10 não informaram autoria e um teve autoria compartilhada.

As 27 reportagens selecionadas são referentes a 11 casos de aborto inseguro que tiveram como desfecho a morte. Em relação a raça das mulheres, 75% dos casos são mulheres brancas e 25% negras. A idade média das mulheres é 25 anos. Em 45,45% dos casos há presença de filhos, em 36,36% são dois ou mais filhos.

A seguir, apresentam-se as características gerais das reportagens analisadas:

Quadro 1 - Características das reportagens selecionadas para o estudo

Reportagem n°	Título	Portal de notícias	Data da notícia	Sexo do autor	Idade da mulher	raça da mulher	Idade gestacional	Filhos	Cidade e estado do caso
1	Após aborto, adolescente morre no Hospital Municipal de Santarém; padrasto é suspeito de abuso	G1	05/08/2019	Masculino	16 anos	Branca	Não informado	Não informado	Santarém/Pará
2	Grávida morre após pagar R\$ 800 por aborto clandestino no Sul do ES	A Gazeta	03/06/2020	Feminino	31 anos	Não informado	2 meses	Não informado	Bom Jesus do Norte/ES
3	Grávida de 2 meses morre durante procedimento de aborto clandestino	SBT News	04/06/2020	Não informado	31 anos	Não informado	2 meses	Não informado	Bom Jesus do Norte/ES
4	Sobrevivente indicou injeção de 'chá do aborto' para mulher que morreu no Rio	G1	16/10/2017	masculino e feminino	20 anos	Não informado	1 mês	Não informado	Rio de Janeiro/Rio de Janeiro
5	Suspeitos da morte de grávida após aborto em clínica clandestina na Zona Oeste do Rio vão a júri popular	G1	09/08/2018	Masculino	27 anos	Branca	2 meses	2	Campo Grande/ Rio de Janeiro
6	Miliciano esquartejou corpo de grávida que morreu ao tentar fazer aborto	O Dia	15/11/2014	Masculino	27 anos	Branca	2 meses	2	Campo Grande/ Rio de Janeiro
7	'Abortar é matar', diz mãe de grávida morta em clínica clandestina de aborto	BBC News Brasil	08/06/2018	Não informado	27 anos	Branca	2 meses	2	Campo Grande/RJ

8	Vítima do aborto ilegal	UOL Universa		Feminino	27 anos	Branca	2 meses	2	Campo Grande/RJ
9	Mulher morreu de hemorragia interna após aborto, diz laudo da polícia	G1	06/09/2016	Masculino	28 anos	Não informado	Não informado	Não informado	Rio de Janeiro/ Rio de Janeiro
10	Jovem de 28 anos morre após fazer aborto em clínica clandestina no Rio	Uol Notícias	24/08/2016	Feminino	28 anos	Não informado	5 meses	1	Rio de Janeiro/RJ
11	Morte de mulher após suposto aborto clandestino é investigada no Rio	G1	15/07/2015	Masculino	31 anos	Negra	Não informado	3	Rio de Janeiro/Rio de Janeiro
12	Mulher morre após suposto aborto clandestino no Rio	Uol Notícias	15/07/2015	Não informado	31 anos	Negra	4 meses e meio	3	Rio de Janeiro/RJ
13	Grávida de quatro meses morre após fazer aborto em casa e suspeita de realizar procedimento é presa	G1	20/07/2018	Feminino	30 anos	Negra	“4 meses”	3	Petrópolis/RJ
14	Ingriane morreu, Luciene foi presa: caso de aborto vai a júri popular na 5ª	Uol Universa	17/03/2021	feminino	30 anos	Negra	Não informado	3	Petrópolis/RJ
15	Mulher morre após realizar aborto clandestino	Diário de Petrópolis	24/10/2022	Não informado	31 anos	Negra	Não informado	3	Petrópolis/RJ
16	Homem acusado engravidar cunhada que morreu após aborto e enfermeiro vão a julgamento 11 anos após o crime	G1	25/05/2022	Feminino	19 anos	Branca	Não informado	Não informado	Campo Grande/MS
17	Grávida que morreu tinha reclamado de dores após aplicar injeções de "kit aborto"	Agora RN	28/10/2021	Não informado	20 anos	Branca	27 semanas	Não informado	Votorantim/São Paulo
18	Grávida de 7 meses morre após tentativa de aborto em Votorantim	Cruzeiro FM	27/10/2021	Não informado	20 anos	Branca	27 semanas	Não informado	Votorantim/São Paulo
19	Jovem grávida de cidade do interior paulista morre após aplicar 'kit aborto' comprado pela internet	Jovem Pan	28/10/2021	Não informado	20 anos	Branca	27 semanas	Não informado	Votorantim/São Paulo
20	Polícia tenta identificar quem vendeu “kit aborto” a grávida que morreu após aplicar injeção	Yahoo Notícias	29/10/2021	Não informado	20 anos	Branca	27 semanas	Não informado	Votorantim/São Paulo
21	Jovem que morreu por "kit aborto" disse sentir que barriga explodiria	Metropole s	28/10/2021	Feminino	20 anos	Branca	27 semanas	Não informado	Votorantim/São Paulo
22	Jovem de 20 anos morre ao tentar aborto no 7º mês de gestação	Notícias R7	28/10/2022	Não informado	20 anos	Branca	27 semanas	Não informado	Votorantim/São Paulo
23	Com ajuda do namorado, grávida que morreu após tomar medicação comprou 'kit aborto' pela internet, diz polícia	G1	27/10/2022	Não informado	20 anos	Branca	27 semanas	Não informado	Votorantim/São Paulo

24	Morte de jovem de 23 anos em Santa Catarina reacende debate sobre aborto seguro	Portal Catarinas	23/02/2018	Feminino	23 anos	Branca	seis meses e meio	Não informado	Itapema/SC
25	Jovem morre após suspeita de aborto ilegal e polícia retira corpo de velório	G1	08/12/2016	Masculino	26 anos	Branca	2 meses	2	Porto Murtinho/MS
26	Mãe para velório e retira corpo da filha ao descobrir tentativa de aborto	Campo Grande News	08/12/2016	Feminino	26 anos	Branca	2 meses	2	Porto Murtinho/MS
27	Técnico de laboratório é preso por suspeita de envolvimento em aborto clandestino	Correio do Estado	09/01/2017	Feminino	26 anos	Branca	2 meses	2	Porto Murtinho/MS

Fonte: As autoras, 2023.

Os dados analisados permitiram a emergência de cinco categorias empíricas: 1- Como a mídia retrata o aborto inseguro; 2- A motivação descrita para a prática do aborto inseguro. 3- A interface do aborto inseguro com o serviço de saúde; 4- A dualidade do discurso da mídia: entre a condenação e o direito da mulher; 5- Iniquidade de gênero presente nos discursos;

### **Como a mídia retrata o aborto inseguro**

Observou-se que as reportagens analisadas dedicaram parte de seus textos para descrever o processo do aborto inseguro. Dessa análise, emergiram os seguintes temas: Método utilizado; O valor e a sua influência na prática; Como a mídia retrata o papel do companheiro; A rede de apoio além do companheiro; Caráter investigativo das reportagens.

Em relação aos métodos abortivos utilizados destaca-se que dos 11 casos analisados quatro utilizaram métodos caseiros, como seringas, sondas e talo de mamona; em três casos o método não foi informado; em dois foram utilizados medicamentos abortivos; e dois abortos foram realizados em clínicas clandestinas.

*O processo abortivo foi realizado através do uso de uma seringa, sonda e permanganato de potássio (R 2).*

*A intervenção, diz a testemunha, era feita através de um chá, colocado numa seringa e injetado no corpo, através de uma sonda. Lucilene mandava as "clientes" comprarem uma seringa de 24 centímetros e injetava no útero, pela vagina, um líquido que ninguém sabia o que era, mas que, segundo ela, fazia "descer a menstruação" (R 3).*

*No local, onde C. morava, foram encontrados comprimidos de Cytotec – nome comercial do misoprostol – luva cirúrgica, uma garrafa de refrigerante com odor de acetona e uma máquina artesanal que a polícia suspeita ser uma bomba de sucção. (R 21).*

Nas reportagens analisadas 13 das 27 fontes trazem valor cobrado para realizar o procedimento na composição do texto, sendo o menor valor de 300 reais e maior valor de 4.500 reais.



*Luciene de Sá recebeu R\$ 300 de Ingriane para ajudá-la a interromper a gravidez no quarto mês. Fizeram algumas tentativas, incluindo uso de medicamentos abortivos, que não funcionaram. A última foi introduzir um talo de mamona, que levou Ingriane à morte por infecção generalizada e fez com que Luciene fosse presa. (R 12).*

Constatou-se que os valores mais baixos estão associados a procedimentos caseiros e experimentais, com profissionais não qualificados, enquanto aqueles com valores mais altos foram realizados em clínicas clandestinas. Os procedimentos caseiros foram realizados pelas próprias mulheres com apoio do companheiro ou amigas, ou por outras mulheres que cobraram valores menores para realizar o procedimento, o qual era realizado na maioria das vezes na casa das gestantes. Enquanto aquelas reportagens que noticiaram abortos realizados em clínicas clandestinas não detalharam como foi realizado o procedimento.

As reportagens veiculadas na mídia trazem a participação do companheiro como conivente e apoiador do procedimento de aborto, relatam sua participação durante o processo, e em um caso após a morte da gestante, o companheiro oculta o cadáver para dificultar o processo da investigação do desaparecimento da mesma.

*No dia seguinte, ao fim do horário de trabalho, a jovem disse que sentia dores de cabeça, cólicas, dores no estômago e vômitos, e teria dito ao namorado que ‘parecia que a barriga ia explodir’. Kevin teria dito a ela para não contar o caso aos pais. Ela teria mandado mensagem ao vendedor da substância, mas não obteve resposta (R 13).*

*Os dois então colocaram o corpo da jovem em uma caminhonete e abandonaram em um canal localizado em estrada vicinal próximo a MS-162, em Sidrolândia (R 8).*

Além do companheiro, as reportagens evidenciam a participação de outras pessoas no processo, constituindo uma rede de apoio para a mulher que procura o aborto, essa rede de apoio é constituída de mulheres que possuem maior acesso ao procedimento do aborto ou medicamento abortivo, essas mulheres são vistas como facilitadoras do processo do aborto, e os discursos veiculados nas reportagens buscam a responsabilização dessas mulheres por facilitar o acesso ao aborto inseguro.

*Porém, diante do envolvimento da amiga, a mãe é categórica ao afirmar que Simone poderia ter evitado a tragédia. “A amiga facilitou a passagem dela por esse caminho que ela foi. Quero justiça. Minha filha pagou o erro dela com a vida, mas a amiga terá que pagar também”, enfatizou (R 23).*

*Fazem parte do processo prints de conversas de Ingriane com amigos falando sobre a necessidade de interromper a gestação, uma vez que não tinha condições de criar mais um filho (R 12).*

As reportagens publicadas na mídia adotaram, em sua maioria, um caráter investigativo e policial. Para isso, utilizaram do meio de comunicação para divulgar as suspeitas da polícia, os próximos passos das investigações, o resultado de perícias e o envolvimento dos acusados. Também utilizaram do espaço para veicular a possível pena que os envolvidos poderiam enfrentar.

*A suspeita, que vai responder por homicídio doloso (quando se assume o risco de matar) e não apenas por aborto, pode ficar presa por até 30 anos. Ela pediu à testemunha que quebrasse o chip do celular pois sua "casa estava cheia de policiais" (R 3).*

### **A motivação descrita para a prática do aborto**

Em uma parcela das reportagens a motivação para realizar o aborto foi abordada em seus conteúdos. A motivação para realizar a prática varia entre as reportagens, no entanto, se destaca nesses relatos o uso da palavra desespero para descrever o estado que essas mulheres se encontravam em busca do aborto inseguro.

*A gente é muito unido. Eu sabia [que ela estava grávida] e queria muito. Doze ou treze semanas. Ela estava muito preocupada, no desespero mesmo. Tanto que ela confiou na primeira pessoa que apareceu (R 4).*  
*Por isso, ela se desesperou. As mensagens mostram que, no início, ela chegou a sonhar com o filho, mas se frustrou (R 7).*

A falta de estrutura foi descrita como uma motivação para a prática do aborto inseguro. Todavia esse conceito foi trazido de forma vaga nas reportagens, e, entende-se que pode remeter tanto a falta de condição financeira quanto a condição psicológica da mulher.

*Fazem parte do processo prints de conversas de Ingriane com amigos falando sobre a necessidade de interromper a gestação, uma vez que não tinha condições de criar mais um filho (R 12).*  
*Mas Jandira estava decidida. "Ela dizia para mim que ela já tinha dois (filhos) e que ela não tinha mais estrutura para ter mais um filho." (R 19).*

Outro aspecto que se mostrou decisório para a prática do aborto relatada nas reportagens foi a ausência de um relacionamento estável. Algumas das mulheres que optaram pelo aborto inseguro relataram como motivação ser "mãe solteira". Em outro caso, a mulher, que estava separada do marido, engravidou de uma relação breve e realizou o aborto pois tinha esperança de reatar o casamento.

*Ela contou [sobre o aborto] apenas para uma amiga e para a minha filha de 15 anos. Essa amiga ainda tentou tirar essa ideia da cabeça dela, mas a Tatiana disse: 'Eu não tenho saída, preciso fazer isso, sou mãe solteira. Preciso tirar'", conta Daniele Camilato, de 35 anos, irmã de Tatiana, que*

*deixa três filhos, de 9, 12 e 13 anos (R 6).*

*engravidou sem querer e, solteira, decidiu pelo aborto (R 27).*

Em relação à categoria *A motivação descrita para a prática do aborto* as palavras mais frequentes foram: gravidez, preciso, filho, aborto, entre outras, conforme mostra a Figura 1.

**Figura 1** - As 50 palavras mais frequentes na categoria “A motivação descrita para a prática do aborto”, por meio do webQDA



Fonte: As autoras, 2023.

**#PraTodoMundoVer:** A imagem representa uma nuvem de palavras. Ao centro aparece em forma de destaque as palavras: aborto, filho, gravidez e preciso. Em torno destas palavras estão em tamanho menor as palavras: queria, gestação, suspeita, mãe, anos, solteira, interrupção mensagens, filha, amiga, entre outras.

### **A interface do aborto inseguro com o serviço de saúde**

Em 10 reportagens que versavam sobre sete casos distintos houve a busca do serviço de saúde, em um caso o serviço de escolha foi a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), em dois casos foi acionado o SAMU, em quatro casos a busca por assistência foi nos pronto-atendimentos de hospitais. Em todos os casos a busca do serviço de saúde ocorreu de forma tardia, não sendo possível evitar o óbito.

*A jovem foi levada para o hospital de Porto Murinho para receber atendimento, mas omitiu do médico local que estava grávida e que havia tomado um remédio abortivo. (R24).*

Observou-se nos discursos veiculados nas reportagens que o medo da punição ao buscar um serviço de saúde é recorrente, o que levou as mulheres a postergar a busca por assistência, agravando a condição de saúde dessas mulheres.

*"Nas conversas vemos que ela estava trabalhando quando começou a sentir sintomas como febres e dores. Mas comentou que não ia procurar um serviço de saúde porque tinha medo de ser presa. A vida dela poderia ter sido salva" ( R 12).*

*"Ela estava passando mal, mas tinha medo de ir a um hospital e ser presa" (R 12).*

Em relação à categoria *A interface do aborto inseguro com o serviço de saúde* as palavras mais frequentes foram: hospital, jovem, mal, atendimento, ambulância, medo, entre outras, conforme mostra a Figura 2.

**Figura 2** - As 50 palavras mais frequentes na categoria “A interface do aborto inseguro com o serviço de saúde”, por meio do webQDA



Fonte: As autoras, 2023

**#PraTodoMundoVer:** A imagem representa uma nuvem de palavras. Ao centro aparece em forma de destaque a palavra hospital. Ao redor desta palavra aparecem: ambulância, atendimento, vítima, pessoa, morreu, local, levada, médico, passando, mal e jovem. Em torno destas palavras estão em tamanho menor as palavras: urgência, remédio, pesa, medo, abortivo, entre outras.

### **A dualidade do discurso da mídia: entre a condenação e o direito da mulher**

Verifica-se que as reportagens sobre morte materna por aborto inseguro podem seguir dois caminhos opostos, sendo eles: usar o espaço da reportagem para veicular discursos condenatórios

em relação ao aborto ou utilizar do mesmo espaço para levantar o debate sobre a descriminalização do aborto.

As reportagens que buscaram trazer o debate sobre a descriminalização do aborto procuraram ouvir especialistas na temática, sendo elas: uma defensora pública e pesquisadoras.

*A gente tem que ter bem delineada essa situação. A mulher que não tem dinheiro para acessar uma clínica vai procurar formas inseguras de realizar um aborto, e isso contribui para o alto índice de mortalidade materna que o Brasil apresenta. É um número que não conseguimos baixar e uma das causas é a criminalização do aborto (R 12).*

*As verdadeiras vítimas da criminalização do aborto são as mulheres (R 20).*

A categoria *A dualidade do discurso da mídia: entre a condenação e o direito da mulher* mostrou em relação ao tema O direito da mulher como palavras mais frequentes: aborto, mulheres, saúde, direitos, criminalização, entre outras, conforme mostra a Figura 3.

**Figura 3** -As 30 palavras mais frequentes referente ao tema *O direito da mulher* na categoria “A dualidade do discurso da mídia: entre a condenação e o direito da mulher”, por meio do webQDA



Fonte: As autoras, 2023

**#PraTodoMundoVer:** A imagem representa uma nuvem de palavras. Ao centro aparece em forma de destaque a palavra aborto. Ao redor desta palavra aparecem: mulher, mulheres, criminalização, saúde e direito. Em torno destas palavras estão em tamanho menor as palavras: ser, políticas, vítimas, descriminalização, vida, acesso, entre outras.

Já aquelas reportagens que veiculam discursos condenatórios em relação ao aborto procuram como interlocutores familiares da mulher que optou por realizar o aborto, os quais se mostram sensibilizados com a temática, tendendo a condenação da mulher e defendendo a criminalização do aborto.

*Ela preserva intactas as memórias e o amor pela filha, mas também a opinião de que aborto deve continuar a ser crime no Brasil. "Não há*

*diferença entre matar um filho de 13 anos e o que tá dentro da tua barriga", diz (R 19).*

*Eu continuo pensando da mesma forma. Não acho isso certo. A mulher sairia ileso, mas e a criança? Ali bate um coração (R 19).*

A categoria *A dualidade do discurso da mídia: entre a condenação e o direito da mulher* mostrou em relação ao tema *A condenação da mulher* como palavras mais frequentes: aborto, filha, matar, clandestina, entre outras, conforme mostra a Figura 4.

**Figura 4** - As 30 palavras mais frequentes referente ao tema *A condenação da mulher* na categoria "A dualidade do discurso da mídia: entre a condenação e o direito da mulher", por meio do webQDA



Fonte: As autoras, 2023.

**#PraTodoMundoVer:** A imagem representa uma nuvem de palavras. Ao centro aparece em forma de destaque a palavra: aborto. Ao redor desta palavra aparecem: matar, clínica, filha, mãe clandestina, voto, pudesse e ser. Em torno destas palavras estão em tamanho menor as palavras: morta, métodos, memórias, perigoso, matar, risco, entre outras.

### **Iniquidade de gênero presente nos discursos**

Entende-se que a iniquidade de gênero atravessa a totalidade do processo do aborto inseguro, no entanto, alguns discursos veiculados nas reportagens sobre a temática endossam a desigualdade de gênero, atribuindo a culpa do acontecimento à mulher, seja aquela que decidiu pelo aborto para si, ou aquela que o performou.

*Luciene está em prisão domiciliar. São duas pessoas denunciadas, ela e o rapaz amigo de Ingriane que a indicou para fazer o aborto", diz. "Ele, porém, responde o processo em liberdade. É muito emblemático que o homem responda solto, e a mulher, presa. Mulheres são duplamente reprovadas quando o tema é aborto" ( R 12).*

*Se for aborto mesmo, eu sei que nada vai trazer minha filha de volta, e também não isento a culpa dela, não é porque sou mãe e porque é minha filha, pois ninguém deixa de ser bom ou ruim porque morreu, ela teve a parte da culpa dela, que foi não ter nos comunicado”, desabafou a mãe (R 23).*

Foi verificado também a necessidade dos relatos contidos nas reportagens validarem as mulheres como cumpridoras dos papéis de gênero atribuídos à elas, como a maternidade, dedicação ao casamento e aparência.

*“Ela entrou em coma induzido e não voltou mais”, lamenta Natanael, acrescentando que Ingriane era uma boa mãe e se dedicava aos três filhos (R 7).*

*Ela estava muito mal. Do dia em que ela soube que estava grávida ela já veio nesse processo de ficar mal, de chorar, de não comer. Ela era vaidosa, gostava de pintar o cabelo, pintar a unha (R 19).*

Em alguns casos analisados é exposto situações de violência sofridas pelas mulheres que decidiram pelo aborto inseguro. Em um dos casos uma adolescente de 16 anos foi vítima de violência sexual, onde o suspeito é o padrasto, nesse caso, a vítima teria direito ao aborto legal previsto na lei.

*Após aborto, adolescente morre no Hospital Municipal de Santarém; padrasto é suspeito de abuso (R 1).*

Em outro caso, onde a mulher realizou o aborto em uma clínica clandestina, os familiares entrevistados para reportagem apontaram que havia sinais de violência no corpo no Instituto Médico Legal.

*Sinais no corpo de Tatiana indicam que ela brigou com alguém. “No Instituto Médico Legal e depois, no enterro, a gente via que ela estava arranhada, com um corte na testa. A funerária colou a boca dela para não vermos que ela estava com os dentes muito quebrados, alguns faltando” (R 27).*

A categoria *Iniquidade de gênero presente nos discursos* mostrou como palavras mais frequentes: aborto, mãe, amiga, gente, entre outras, conforme mostra a Figura 5.

**Figura 5** - As 50 palavras mais frequentes na categoria “*Iniquidade de gênero presente nos discursos*”, por meio do webQDA



Fonte: as autoras, 2022

**#PraTodoMundoVer:** A imagem representa uma nuvem de palavras. Ao centro aparece em forma de destaque as palavras: mãe e aborto. Ao redor desta palavra aparecem: padrasto, amiga, filha e gente. Em torno destas palavras estão em tamanho menor as palavras: abusada, arranhada, corte, enterro, suspeito, vítima, adolescente, coração, entre outras.

## Discussão

O aborto voluntário é uma prática presente e conhecida em todas as épocas e culturas, tendo sua aceitação modificada ao longo do tempo dependendo dos valores pertencentes a cada período, os quais transformaram-se de acordo com as novas exigências políticas, sociais e econômicas (REBOUÇAS; DUTRA 2012 p.420).

O aborto foi citado pela primeira vez no Código Penal Brasileiro de 1830, que estipulava que qualquer pessoa que tentasse realizá-lo ou fosse cúmplice da prática deveria ser punida. No Código Penal publicado em 1890 houveram fortes influências dos ideais católicos de moralidade e bons costumes, uma vez que o aborto teria a pena atenuada caso o ato fosse realizado com a intenção de ocultar a própria desonra. Já em 1940 com a reformulação do Código Penal houve a criação da Lei 2.848 de 1940 que prevê a não punição do aborto praticado por médicos caso haja risco de vida para a gestante ou em caso de gravidez resultante de estupro (REBOUÇAS; DUTRA 2012 p.422).

Atualmente o aborto é considerado crime, previsto nos artigos 124 a 126 do Código Penal de 1940 (BRASIL, 1940). Sendo crime o autoaborto ou consentimento para a realização do aborto. No entanto, existem três exceções previstas na lei: quando a gravidez traz risco à vida da gestante; quando a gestação é fruto de um estupro; quando o feto é anencéfalo, segundo decisão tomada em 2012 pelo STF. Nestes casos, o aborto é permitido e o Sistema Único de Saúde (SUS) deve disponibilizar o procedimento (Lúcia FREITAS, 2018 p.12).



Os resultados do presente estudo evidenciaram a caracterização das mulheres que realizaram o aborto inseguro tendo o desfecho de morte divulgado nas reportagens veiculadas na mídia, 75% dos casos são sobre mulheres brancas enquanto apenas 25% sobre mulheres negras. Esses resultados diferem dos resultados de pesquisa realizada por Cardoso (2020) que teve como objetivo descrever o cenário do aborto no país.

Tal pesquisa utilizou os dados disponíveis no Departamento de Informática do SUS (DATASUS) e analisou a distribuição do total de óbitos por aborto entre 2006 e 2015. Foi identificado que a Razão de Morte Materna (RMM) específica por aborto segundo a cor da pele mostra que no país, pelos dados registrados no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e no Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC), o grupo de mulheres de cor preta apresentou os maiores valores de 2006 a 2012. já em 2013 e 2014, as indígenas foram o grupo com a maior RMM (Bruno CARDOSO, 2020 p. 04).

Essa divergência pode ser resultado da quantidade limitada de reportagens analisadas, no entanto, pesquisas trazem que a sub-representação do negro nos diversos meios midiáticos é tônica; O que demonstra que o silenciamento das mídias sobre as desigualdades raciais é contínuo, o qual desempenha um papel de negar os processos de discriminação racial, ocultando a racialização das relações sociais (Tatiane MOURA, 2021 p.06).

Os resultados referentes a categoria **Como a mídia retrata o aborto** são opostos às pesquisas brasileiras das duas últimas décadas que mostraram que o principal método abortivo utilizado é o cytotec, um medicamento originalmente desenvolvido para o tratamento de úlcera gástrica, cujo princípio ativo é o misoprostol. Com a entrada do cytotec em cena nos anos 1990 houve uma queda na mortalidade materna e um aumento no número de internações hospitalares para a finalização do aborto (Débora DINIZ; Alberto MADEIRO, 2012 a p. 1796).

Isso demonstra que os métodos caseiros veiculados nas reportagens analisadas podem estar associados a maior mortalidade, indo de encontro com os dados nacionais, onde as complicações físicas imediatas, como hemorragias, infecções, perfurações de órgãos, são umas das principais causas de morte materna no país (BRASIL, 2012 p.09). Além disso, os abortos inseguros, comparados aos seguros, também apresentaram significativamente mais complicações por infecção em pesquisa de âmbito nacional (Danielly SANTANA et al. 2012 p. 47).

Em dois casos relatados nas reportagens, duas mulheres utilizaram medicamentos com efeito abortivo, em um dos casos o medicamento foi utilizado concomitante com outros métodos. Pesquisas evidenciaram que o uso incorreto e inconsciente do misoprostol pode acarretar em alterações no desenvolvimento fetal, levando às malformações e complicações maternas graves, sendo elas: hemorragia severa, sepse e morte (Mariana ESTEVES et al. 2021 p. 31).

O maior acesso à informação e métodos farmacológicos apresentam potenciais para diminuir as complicações pós-aborto. Dessa forma, quando se tem em vista que nem todo aborto ilegal é também inseguro, o procedimento pode, mesmo clandestinamente, ser realizado por métodos adequados e com profissionais qualificados (Débora CAMILO, 2021 p.94416). No entanto, este perfil de aborto é formado por mulheres de classes socioeconômicas elevadas e com acesso a informações de qualidade e que tem a possibilidade de pagar pelo procedimento (CAMILO, 2021 p.94416; Lydia MAINEY, Catherine O'MULLAN, Kerry REID-SEARL, 2022 p.563).

Dessarte, o principal efeito das medidas restritivas relacionadas ao aborto, no entanto, é justamente exacerbar as desigualdades socioeconômicas existentes no país. (CAMILO et al., 2021 p.94420). Pesquisa realizada na Austrália mostra que barreiras restritivas para realização do aborto afetam as pessoas marginalizadas mesmo em países onde o aborto é legalizado, essas barreiras atrasam o cuidado, reduzem as opções de aborto e aumentam o custo do procedimento (MAINEY, O'MULLAN, REID-SEARL, 2022 p.558).

Os resultados da categoria **A motivação descrita para a prática do aborto** demonstram que a ilegalidade do aborto induzido não produz efeito sobre a necessidade de praticá-lo, mas potencializa o efeito dramático ao acesso das mulheres a um abortamento em condições seguras (CAMILO, 2021 p.94419). À vista disso pesquisas nacionais e internacionais afirmam que o aborto deve ser entendido como um direito das mulheres. Diante disso, Fonseca et al. (2022) afirma que a negação ao aborto é um risco à saúde, pois a maternidade forçada pode transformar a vida das mulheres, através da interferência direta em seus projetos de vida, nas relações familiares, na escolaridade, na possibilidade de emprego e relacionamento ( Rosa Maria FONSECA et al. 2022 p.08).

Pesquisas nacionais corroboram com os resultados encontrados nesse estudo. Essas pesquisas afirmam que mulheres que vivem em condições sociais vulneráveis, as quais não podem pagar por abortos seguros, usualmente buscam métodos arriscados, como ingestão de soluções tóxicas, inserção de corpos estranhos no útero, até mesmo procedimentos realizados por profissionais não qualificados (OMS, 2013p.20; CAMILO et al. 2021 p.94420).

Pesquisa publicada por Diniz (2012), que teve como objetivo apresentar o itinerário da mulher para a realização do aborto ilegal em cinco capitais brasileiras, mostrou que as redes de cuidado são formadas de amigas, profissionais de saúde e parentes do sexo feminino e masculino, o que respalda os resultados obtidos nesse estudo ( Débora DINIZ; Alberto MADEIRO 2012 b p. 1677).

A categoria **Interface com o serviço de saúde** demonstra o medo das mulheres em buscar o serviço de saúde. O medo dessas mulheres relatado nas reportagens é justificado, pesquisas nacionais trazem a dura realidade que as mulheres que buscaram o serviço de saúde para terminar o processo de aborto enfrentam: julgamento moral, ameaças de denúncia à polícia, contato físico de forma bruta, internação em quartos coletivos com mulheres com recém-nascidos ou espera demorada até o

atendimento (Thália ARAÚJO, et al. 2018 p.05; Rosa Maria DOMINGUES et al 2020 p.34). Dessa forma, a estigmatização das mulheres que abortam contribui para a busca por assistência ser realizada em última instância (DINIZ, MADEIRO, 2012 b p.1678).

A interferência, julgamento, ameaça e negação da assistência em saúde representa a violência institucional a que as mulheres são submetidas, sendo uma extensão das violências que as mulheres enfrentam ao longo da vida (Janaína AGUIAR, Ana D'OLIVEIRA, Lilia SCHRAIRBER 2013 et al. p.2294; Talita BORGES, 2019 p.86). Na temática do abortamento, os profissionais de saúde devem prestar a assistência às mulheres com ética e responsabilidade. A ética profissional, a qual deve balizar as profissões em saúde, deve estar presente no cuidado e acolhimento, respeitando o direito à dignidade do ser humano. Indo além, essa perspectiva exhibe a necessidade de um cuidado generificado, superando a perspectiva exclusivamente biologicista vigente atualmente (FONSECA, et al. 2022 p.09).

A categoria **A dualidade do discurso da mídia: entre a condenação e o direito da mulher** revelou a dicotomia dos discursos veiculados na mídia sobre a temática do aborto. Essa polarização foi marcada pela contraposição entre agentes conservadores, em posse de falas enérgicas de familiares de mulheres que morreram em decorrência do aborto inseguro, as quais são fortemente atravessadas pela ordem do discurso religioso e, progressistas, baseados em evidências científicas acerca do aborto.

A categoria demonstrou que os processos de aborto que culminam na morte materna veiculados na mídia são aqueles que têm a capacidade de chocar o público, seja em relação ao método utilizado, o papel dos envolvidos, ou a fatalidade do desfecho. Fato corroborado por Carvalho (2012) que afirma que ao divulgar crimes, a mídia se preocupa com pormenores das situações, onde a informação jornalística já não é suficiente; o importante passa a ser a perpetuação do interesse pelo crime, e faz uma comparação com as novelas, as quais levam ao extremo os acontecimentos para envolver os indivíduos (Denise CARVALHO, Maria Teresa FREIRE, Guilherme VILAR 2012 p.436).

A mídia tem o poder de alterar e desbalancear o acesso e distribuição a recursos simbólicos e culturais em uma sociedade, sendo, dessa forma, considerada um campo autônomo de poder, o qual possui dinâmicas próprias de ação e detêm recursos específicos. A compreensão das representações sobre a realidade social ocorre, também, através das atividades de produção, transmissão e recepção de conteúdos da mídia (FONTES, 2012 p.1806; VERARDO, 1987).

Com isso, os meios de comunicação enquanto propagadores de representações sobre o mundo social são um importante espaço de representação política (Luis MIGUEL, Flávia BIROLI 2009 p.57) segundo Pinho (2009) “onde os dois campos estão marcados pela distribuição desigual de recursos entre emissores (produtores de produtos políticos) e receptores (eleitores) e pela exclusão, baseada

na visibilidade, de certos discursos e elementos da realidade social” (Andrea PINHO, 2009 p. 138). Essa exclusão acontece através da apresentação ou omissão de determinados temas como importantes para o entendimento dos fenômenos sociais enquanto fenômenos políticos (PINHO, 2009 p.138).

A partir disso, esse conflito de narrativas, que atravessa gerações não contribui com o avanço necessário na temática do aborto. Pelo contrário, alimenta a priorização do discurso sobre o crime cometido nas reportagens veiculadas na mídia e não sobre a prevenção de agravos às mulheres que realizam o procedimento em condições inseguras (ROCHA et al. 2018 p.94).

Em pesquisa relativa à análise dos determinantes de gênero e visibilidade política no Brasil Miguel e Biroli (2008) constataram que os estereótipos de gênero limitam a ação e visibilidade política das mulheres, tanto nos espaços políticos quanto na mídia, o que as mantém distantes das posições centrais devido a existência de elementos simbólicos, de representação que, através da mídia, encerram algumas temáticas e práticas como fundamentalmente femininas, e também como temas de menor relevância e visibilidade no campo da política (MIGUEL E BIROLI, 2008 p.67).

Em relação ao aborto, grande parte dos argumentos trazidos nas reportagens imputam na mulher o sentimento de culpa por não desejar estar grávida naquele momento, pressupondo que todos os atos que levam a uma gravidez são de responsabilidade única da mulher e, novamente, o papel reprodutor é salientado em desfavor dos direitos do corpo feminino. Logo, a mídia apropria-se do papel de reforçar certas práticas discursivas em seus conteúdos, onde reproduz e amplifica sua opinião sobre quem necessita, ou ainda, é digno de proteção (ROCHA et al. 2018 p.100).

Com isso, é inegável a influência da mídia na maneira de entender as relações entre sujeitos e o seu meio social. Tendo em vista que o desenvolvimento da ação social advém de contextos socialmente estruturados, os quais são responsáveis pela formação da experiência individual, a mídia, como canal de mediação, deve ser entendida também como lugar onde esse contexto é formado. Este fenômeno torna a mídia o elemento central dessa análise, a qual é imprescindível para o processo de formação identitária da sociedade através da estruturação da compreensão, reprodução e questionamentos dos contextos sociais, nesse caso, dos referenciais de gênero (PINHO, 2009 p.141).

A categoria **Iniquidade de gênero presente nos discursos** revela que o fato da punição do aborto ilegal ser mais severa às mulheres responsabilizando-as unicamente pela reprodução, o que fortalece a irresponsabilidade masculina em relação a sua participação efetiva nesse processo. Isso acontece devido as desigualdades de gênero, pois é a ausência da identidade masculina em todas as questões relacionadas ao aborto, que atribuem, erroneamente, um caráter exclusivamente feminino às suas questões, transparecendo ser o aborto um fenômeno do gênero feminino, e sobre o qual o gênero masculino não terá nenhuma co-relação ou responsabilização.

No entanto, durante muito tempo, o poder sobre a gravidez e seus desdobramentos esteve associado ao papel do homem, o pai. As civilizações greco-romanas permitiam o aborto, no entanto, o procedimento só era realizado mediante à autorização do marido, o qual detinha o direito de propriedade sobre a mulher e potencial herdeiro (REBOUÇAS, DUTRA, 2012 p.420). Logo, negar a maternidade, por parte das mulheres, significava romper com o poder patriarcal e, dessa maneira, poderia ser passível de punições. Com isso, a mulher que realizasse o aborto provocado sem o consentimento do esposo deveria ser punida com a morte, pois o homem detinha o poder absoluto sobre a família (Danyelle SANTOS, 2013 p.26).

A busca pela igualdade entre homens e mulheres ganhou força a partir da década de 1960, impulsionada pela numerosa entrada das mulheres no mercado de trabalho, uso de contraceptivos e discussões do movimento feminista relacionadas ao gênero. A partir disso, o termo gênero deixou de ser sinônimo do sexo biológico e começou a ser utilizado por feministas para indicar as funções socialmente assumidas por mulheres e homens, e como forma de retratar as relações de poder em que as representações dominantes são apresentadas como naturais e inquestionáveis (REBOUÇAS, DUTRA, 2012 p.421).

Compreender as relações de poder é primordial para o entendimento de como acontece o controle dos corpos femininos através da reprodução, conceito denominado como biopolítica nas obras Foucault. De acordo com Wichterich (2015, p. 25), a biopolítica pode ser caracterizada como o “conjunto de técnicas e estratégias de governança para construção de poder que orienta e controla os corpos, a saúde e a vida de uma população inteira através da regulação da reprodução, fertilidade e mortalidade”. A aplicação destas técnicas configura um biopoder institucionalizado no Estado, com objetivo de tornar a vida do indivíduo objeto de domínio político.

A biopolítica pretende indicar as melhores formas de viver, formando sujeitos regulados por um pensamento hegemônico patriarcal, através da regulação do modo de vida do indivíduo. A biopolítica controla corpos femininos por meio de saberes que lhe são próprios, como a natalidade, e faz com que as mulheres não tenham conhecimento sobre o próprio corpo, tendo como objetivo social histórico o controle social (Joice NIELSSON, 2017 p.157).

De acordo com Foucault (1988 p. 98) o dispositivo que tem maior instrumentalidade nas relações de poder é a sexualidade, através dela é permitido manobras e estratégias, sendo a repressão apenas uma delas para exercer as relações de domínio. Assim, a sexualidade é o cenário das relações de dominação do patriarcado sobre as mulheres. Com isso, a mulher é encerrada, segundo Márcia Tiburi (2008), por seu útero, fadado à reprodução.

Em texto relacionado a violência e poder, Tiburi (2018) aborda o poder masculino do público e do privado, e enfatiza que “as bases da separação entre o público e privado estão dadas aí e correspondem à diferença entre gêneros e classes, bem como entre cultura e natureza” (TIBURI,

2018 p. 105). A compreensão de que a separação entre o público e o privado determina os espaços na sociedade em que mulheres e homens foram inerentemente fadados, assim como que cada espaço tem suas próprias relações de poder entre os atores e possui diferentes características é fulcral para a análise da criminalização do aborto e suas consequências. Segundo Borges (2019) “o espaço público é universo de poder, proporcionando voz e diálogo a seus ocupantes; já o doméstico é recluso, solitário, submisso e, frequentemente, violento”(TIBURI, 2018; BORGES, 2019 p.31).

A maternidade é um dos papéis sociais atribuído à mulher, sendo o aborto uma prática que deturpa o que lhe foi mandatório. A maternidade é uma instituição imputada às mulheres antes mesmo delas nascerem, através das normas que atravessam gerações e sofrem pouca manipulação da decisão individual. Émile Durkheim definiu como “Fato Social” aquilo que abrange as relações objetivas impostas e externas ao indivíduo, mas que perpetuam coerção sobre ele independente da sua vontade objetiva. Assim, a maternidade é um fato social que, independente da vontade do indivíduo, exerce coerção sobre o mesmo (DURKHEIM, 2007; BORGES, 2019 p.31).

Ao tentar romper com o que foi instituído o indivíduo sofre uma punição. Na tentativa de romper com a instituição da maternidade, através do aborto, há punições legais; caso a mulher opte pela adoção ou doação dos filhos, sofre reprovação moral; caso a mulher se recuse a engravidar, experimenta o julgamento social através da intrusão na sexualidade da mulher que se recusa a cumprir o papel social de mãe (BORGES, 2019 p.34).

De acordo com Foucault é possível modificar as instituições de repressão que oprimem as mulheres. Aprimorar as práticas do diálogo, promover a escuta da mulher e inclusive transgredir leis, são estratégias de resistência que podem avançar na direção de criação de políticas públicas e mudança da legislação e normas que regulam o corpo feminino. A prática do aborto, representa uma resistência transgressora, todavia, imensamente penalizada e silenciada (FOUCAULT, 2005).

Por isso a criminalização do aborto é somente mais um fator a somar, de forma exclusiva, responsabilidades e culpas às mulheres. As quais já sofrem um forte e contínuo processo de desrespeito aos seus direitos por toda a sociedade, através de uma criminalização moral que funciona junto com a legal, e acarreta em sentimentos de “vergonha”, “desonra” e medo de exclusão social (FOUCAULT, 2005).

Ainda foi evidenciado na categoria **Iniquidade de gênero presentes nos discursos** que em alguns casos analisados é exposto situações de violência sofridas pelas mulheres que decidiram pelo aborto inseguro. Em um dos casos uma adolescente de 16 anos foi vítima de violência sexual, onde o suspeito é o padrasto, nesse caso, a vítima teria direito ao aborto legal previsto na lei.

A exteriorização da violência sexual é complexa, segundo Fonseca et al. (2022) nos casos de estupro, a dificuldade de falar sobre a violência sexual para a rede de proteção pode influenciar diretamente na descoberta da gravidez em tempo oportuno e dificultar sobremaneira o aborto legal.

Pesquisa conduzida com mulheres pacientes do hospital Metropolitan Boston (EUA) concluiu que o aborto está fortemente associado à violência de gênero. O estudo apontou que o efeito cumulativo das múltiplas formas de violência contra a mulher aumentam as chances de aborto (MCCLOSKEY, 2016 p.158). O aborto é uma questão de saúde pública, e a negação de diálogo sobre, tanto no meio acadêmico quanto na mídia é fatal para muitas mulheres. Dessa forma, o risco simultâneo de gravidez indesejada com desfecho em aborto e ser vítima de violência indica a necessidade da compreensão da violência de gênero como fato determinante para o aborto (BORGES, 2019 p. 62).

### **Considerações finais**

Os resultados dessa pesquisa evidenciaram duas formas de retratar a morte de mulheres em decorrência do aborto inseguro: o discurso de condenação da mulher que escolheu pela prática do aborto e o discurso de defesa dos direitos das mulheres através do debate do aborto como problema de saúde pública. Os discursos contrários à interrupção voluntária da gravidez são apresentados de forma enérgica e direta, com a presença de discursos morais e religiosos, com apelo para opiniões de familiares de mulheres que morreram em devido ao aborto inseguro.

Já aquelas reportagens que trazem o aborto como problema de saúde pública buscaram opiniões de especialistas e pesquisadoras da área temática, as quais afirmaram que a ilegalidade do aborto induzido não tem influência sobre a necessidade de praticá-lo, mas aumenta o risco de abortamento em condições inseguras que podem levar a morte materna, dessa forma, é necessário descriminalizar o aborto para que o número de mortes em relação à prática diminua.

Foi observado que as reportagens sobre morte materna em decorrência de aborto veiculadas na mídia foram aqueles que têm a capacidade de comover o público, devido ao método utilizado, o papel dos envolvidos, ou a fatalidade do desfecho. As reportagens focaram em retratar com detalhes o método utilizado, o papel das pessoas envolvidas, o valor pago para realização do procedimento e o desfecho com caráter investigativo e policial. Foram identificadas em algumas reportagens situações de violência contra a mulher, ressalta-se que na sociedade, a mulher é constantemente vitimada pelo sistema, sendo a ilegalidade da escolha pelo aborto, por si só, uma privação de acesso ao direito à autonomia, de escolher sobre seu próprio corpo.

O uso de reportagens da mídia como fonte de dados se revelou uma forma potente para analisar as diferentes percepções associadas a morte materna por aborto inseguro. Conclui-se que, de forma geral, as mídias têm capacidade de influenciar e guiar a opinião pública. Com isso, a pesquisa de abordagem qualitativa mostra-se uma relevante ferramenta para captar os discursos veiculados pelas mídias, com o objetivo de identificar contradições que possam ser superadas através de ações de intervenção na realidade objetiva.

### **Referências**

AGUIAR, Janaina Marques de; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; SCHRAIBER, Lilia Blima. Violência institucional, autoridade médica e poder nas maternidades sob a ótica dos profissionais de saúde. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/BHJvS6SwS6DJJkY6XFtk3fs/abstract/?lang=pt>. Acesso em 05/12/2022.

ARAÚJO, Thália Velho Barreto de; AQUINO, Estela; MENEZES, Greice; ALVES, Maria Teresa; ALMEIDA, Maria-da-Conceição; ALVES, Sandra. Delays in access to care for abortion-related complications: the experience of women in Northeast Brazil. *Cad Saúde Pública* 2018; 34:e00168116. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00168116>. Acesso 02/12/2022.

BEARAK, Jonathan; POPINCHALK, Anna; GANATRA, Bela; MOLLER, Ann-Beth; TUNÇALP, Özge; BEAVIN, Cynthia; KWOK, Lorraine; ALKEMA, Leontine. Unintended pregnancy and abortion by income, region, and the legal status of abortion: estimates from a comprehensive model for 1990–2019. *Lancet Glob Health*. 2020, pp 1152-1161. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S2214-109X\(20\)30315-6](https://doi.org/10.1016/S2214-109X(20)30315-6). Acesso em 18/07/2022.

BORGES, Talita Maciel. *Pena De Um Corpo Só: A Relação Entre A Violência Contra A Mulher E A Decisão Pelo Aborto*. Dissertação. (Mestrado Profissional em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência) Universidade Federal De Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019.

BRASIL. *Decreto- lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940*. Código Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm). Acesso em: 18/09/2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Gestação de alto risco: manual técnico*. Série A. Normas e Manuais Técnicos, Brasília, n. 5, p. 1-302, dez. 2012. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_tecnico\\_gestacao\\_alto\\_risco.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_tecnico_gestacao_alto_risco.pdf). Acesso em 12/08/2021

CARDOSO, Bruno Baptista; VIEIRA, Fernanda Morena dos Santos Barbeiro e SARACENI, Valeria. Aborto no Brasil: o que dizem os dados oficiais?. *Cadernos de Saúde Pública* [online]. 2020, v. 36, n. Suppl 1. Epub 21 Fev 2020. ISSN 1678-4464, e00188718. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/01002-311X00188718>. Acesso em 29/11/2022.

CARVALHO, Denise W; FREIRE, Maria Teresa; VILAR, Guilherme. Mídia e violência: um olhar sobre o Brasil. *Rev Panam Salud Publica*. 2012;31(5):pp 435–438. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/rpsp/2012.v31n5/435-438>. Acesso em: 03/09/2022.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2017, v. 22, n. 2 ISSN 1678-4561, pp. 653-660. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017222.23812016>. Acesso em 18/07/2022.



DINIZ, Débora; MEDEIROS, Marcelo. Itinerários e métodos do aborto ilegal em cinco capitais brasileiras. *Ciência & Saúde Coletiva* [Internet]. 2012Jul;17(Ciênc. saúde coletiva, 2012 17(7)). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000700002>. Acesso em 20/01/2022.

DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. Tradução: Paulo Neves. 3a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

EGRY, Emiko Yoshikawa. *Saúde Coletiva: Construindo um novo método em enfermagem*. São Paulo: Cone Editora, 1996. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/269261/mod\\_resource/content/1/Cap1-livroSau%CC%81deColetiva2012%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/269261/mod_resource/content/1/Cap1-livroSau%CC%81deColetiva2012%281%29.pdf). Acesso em: 17/11/2022.

ESTEVES, Mariana Fernandes; RODRIGUES, Nathalia Maria; BATALHA, Rafaela; QUIROGA, Melina Ariane; SILVA SÁ, Rafael.. O USO INADEQUADO DO MISOPROSTOL COMO ABORTIVO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA. *Colloquium Vitae. ISSN: 1984-6436*, 13(1), 22–34. Disponível em: <https://revistas.unoeste.br/index.php/cv/article/view/3766>. Acesso em 21/01/2022.

FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da; FORNARI, Lucimara Fabiana; EGRY, Emiko Yoshikawa; BORGES, William Dias; OLIVEIRA, Maria Amélia de Campos. ELIAS, Ana Rosa Ribeiro. Aborto legal na infância retratado pela imprensa escrita brasileira: perspectivas para o cuidado. *Rev baiana enferm.* 2022;36:e47345. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/47345>. Acesso em: 07/10/2022.

FONTES, Maria Lucineide Andrade. O enquadramento do aborto na mídia impressa brasileira nas eleições 2010: a exclusão da saúde pública do debate. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2012, v. 17, n. 7, pp. 1805-1812. ISSN 1678-4561 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000700019>. Acesso em: 18/07/2022.

FOUCAULT, Michel. *História Da Sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13a. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GANATRA, Bela; GERDTS, Caitlin; ROSSIER, Clémentine; JOHNSON JR, Brooke Ronald; TUNÇALP, Özge; ASSIFI, Anisa; SEDGH, Gilda; SINGH, Susheela; BANKOLE, Akinrinola; POPINCHALK, Anna; BEARAK, Jonathan; KANG, Zhenning; ALKEMA, Leontine. Global, regional, and subregional classification of abortions by safety, 2010–14: estimates from a Bayesian hierarchical model. *The Lancet*. 2017 pp 2372- 2381. Disponível em: [10.1016/S0140-6736\(17\)31794-4](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(17)31794-4). Acesso em: 18/07/2022.

MAINEY, Lydia; O’MULLAN, Cathy; REID-SEARL, Kerry. Unfit for purpose: A situational analysis of abortion care and gender-based violence. 10.1016/j.colegn.2022.01.003. *Collegian*. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.colegn.2022.01.003>. Acesso em: 12/12/2022.

McCloskey LA. The Effects of Gender-based Violence on Women's Unwanted Pregnancy and Abortion. *Yale J Biol Med*. 2016 Jun 27;89(2):153-9. PMID: 27354842; PMCID: PMC4918882.

MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia. Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa. *Opinião Pública* [online]. 2009, v. 15, n. 1, pp. 55-81. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762009000100003>. Acesso em 07/01/2022.

MOURA, Tatiana Matias De; PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Racismo na mídia brasileira. 2021. v. 1 n. 7 (2021): *Anais do 7º Seminário Comunicação e Territorialidades: Perspectivas e Desafios*. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/poscom/article/view/37843>. Acesso em: 28/11/2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. The prevention and management of unsafe abortion. Report of a technical Working Group. Geneva, 1992. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/59705>. Acesso em 19/07/2022.

PINHO, Andrea Azevedo. Os debates sobre o aborto na mídia brasileira: dos enquadramentos midiáticos a construção de uma democracia plural. *e-cadernos CES* [Online], 04 | 2009, Disponível em: <https://doi.org/10.4000/eces.233>. Acesso em 27/12/2022.

REBOUÇAS, Melina Séfora Souza; DUTRA, Elza Maria do Socorro. Não Nascer: algumas reflexões fenomenológico-existenciais sobre a história do aborto. *Psicologia em Estudo*. 2011, v. 16, n. 3, pp. 419-428. Epub 12 Abr 2012. ISSN 1807-0329. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/4L8z7BVhwSCDv5KngX65TPs/>. Acesso em 20/08/2022.

ROCHA, Cristianne Maria Famer; MAFFACCIOLLI, Rosana; LENA, Marisangela Spolaôr; FARIA, Mateus Aparecido de; ROLLO, Rosane Machado; COSTA, Nathalia Zorzo. O Aborto Na Mídia: Multiplicidade De Práticas Discursivas Sobre Direito E Crime. *Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito*. Centro de Ciências Jurídicas - Universidade Federal da Paraíba. V. 7 - Nº 03 - Ano 2018 – Educação, Gênero & Direitos Humanos ISSN | pp 2179-7137 Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ged/index>. Acesso em 04/01/2022.

SANTANA, D. S.; et al. Severe maternal morbidity due to abortion prospectively identified in a surveillance network in Brazil. *National library of medicine*, [s.l], v. 119, n. 1, p. 44-48, out./2012. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22819315/>. Acesso em 03/01/2022.

SANTOS, Danyelle Leonette Araújo dos. *Trajetória de mulheres e a participação masculina no processo de aborto provocado*. 2013. 167 f. Dissertação (Mestrado em Assistência à Saúde) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. Disponível: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/14812>. Acesso em 20/08/2022.

SAY, Lale; CHOU, Doris; GEMMILL, Alison; TUNÇALP, Özge; MOLLER, Ann-Beth; DANIELS, Jane; GÜLMEZOĞLU, A Metin; TEMMERMAN, Marleen; ALKEMA, Leontine. Global causes of maternal death: a WHO systematic analysis. *Lancet Glob Health*. 2014 Jun; 2(6):pp 323-333. Disponível em: [10.1016/S2214-109X\(14\)70227-X](https://doi.org/10.1016/S2214-109X(14)70227-X). Acesso em: 19/07/2022.

SCOTT, Joan W. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. *The American Historical Review*, vol. 91, no. 5, 1986, pp. 1053–75. *JSTOR*, Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1864376>. Acesso em 19/08/ 2022.

SINGH, S; MADDOW-ZIMET, ISAAC. Facility-based treatment for medical complications resulting from unsafe pregnancy termination in the developing world, 2012: a review of evidence from 26 countries. *BJOG* 2015; published online Aug 19. pp 1489-1498. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/1471-0528.13627>. Acesso em: 18/07/2022.

TIBURI, Márcia. A violência e o poder. In: *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. 8a. ed. Rio de Janeiro: *Rosa dos Tempos*, 2018.p. 105–111

TIBURI, Márcia. Branca de Neve ou corpo, lar e campo de concentração: as mulheres e a questão biopolítica. In: *Mulheres, filosofia ou coisas do gênero*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC (Ed.). 2008. p. 53–73. 98

VERARDO, Maria Tereza. Aborto: um direito ou um crime?. São Paulo: *Editora Moderna*, 1987. 88p.

WICHTERICH, Christa. Direitos Sexuais e Reprodutivos. Rio de Janeiro: *Heinrich Böll Foundation*, 2015. Disponível em: [https://br.boell.org/sites/default/files/boll\\_direitos\\_sexuais\\_reprodutivos\\_1.pdf](https://br.boell.org/sites/default/files/boll_direitos_sexuais_reprodutivos_1.pdf). Acesso em: 10/01/2022.